

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDESE

CONSELHO SUPERIOR
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

ATA Nº07/2018

1 Aos onze dias de dezembro de dois mil e dezoito o Conselho Superior do IFSul realizou
2 reunião ordinária nas dependências do câmpus Pelotas, sob a presidência do prof. Flávio Luis
3 Barbosa Nunes, com a presença dos conselheiros e convidados Berenice Mattos da Silva,
4 Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Thais Burlani Neves, Gisele Lopes Heckler, Jonatas Rosa
5 da Silva, Tales Emílio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Raquel Sperb Xavier,
6 Bruna Corvello Stifft, Marco Antônio da Silva Vaz, Vitor de Abreu Rodrigues, Julia
7 Ninggermann Faria, Michele Lermen, Celso Silva Gonçalves, Luis Felipe Costa Cunha,
8 Fernanda Graciele Bispo de Oliveira, Giulia D'Avila Vieira, Max Lindoberto Castro Gonçalves,
9 Maria Eduarda Simões de Lima, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Fabian Eduardo Debenedetti
10 Carbajal, Antônio Carlos de Madalena Genz, Gabriel Avila de Souza, Fernanda Machado,
11 Fernando Luis Herrmann, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Dirnei Bonow, Janete Otte, João
12 Abadi Soares Prietsch, Mara Cristina Caipú Mendes, Alexandre Pitol Boeira, Giuliana
13 Gonçalves do Carmo de Oliveira, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Fábio Moreira de Oliveira,
14 Jeferson Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, Emily da Costa
15 Pinto, Daniela da Rosa Curcio, Luciana Neves Loponte, Mack Leo Pedroso, Tomaz Fantin de
16 Souza, Everton santos, Alexandre Ferreira Escuto, Rocelito Lopes de Andrade, Rafael Theis
17 Dittgen, Elton Rodrigues da Silva, Nei Jairo dos Santos Junior, Natali Farias Cardoso, Marcel
18 Paulo Ellwanger, Evandro Fernandes, Meirelis Colin de Oliveira, Julia Cristina Renner, Laerte
19 Radtke Karnopp, Ana Paula Nogueira Silva, Rodrigo Nascimento Silva, Henrique Kosby Correa.
20 Justificaram ausência os conselheiros Fernando Alves Alderette, Nelson Luiz Reyes
21 Marques, Ronaldo Matias Tavares Junior, Gabriele Laís Mandler, Adelaide Marli Neis,
22 Adriano Vargas Saldanha, Lucas Vanini, Grazielle Nogueira da Silva, Gislaine Gabriele
23 Saueressig, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Clotilde Conceição Victoria. Após saudar os
24 presentes, o presidente informou a retirada das pautas 04 e 52 e a inclusão de POV, portaria
25 ad referendum 3139, especialização em Práticas Assertivas da Educação Profissional
26 Integrada à Educação de Jovens e Adultos e a retificação do título das pautas 31 a 33, de
27 alteração para aprovação de PPC. A seguir, foi dada posse aos novos conselheiros. O
28 presidente informou sobre a reunião do Conif, em janeiro próximo, que está buscando diálogo
29 com o novo governo; sobre a reordenação dos institutos federais, que prevê criação de novas
30 unidades, mas não sabe se o governo terá força política para a criação de três institutos;
31 sobre a aprovação dos quatro itinerários do ensino médio, salientando que a do ensino técnico
32 não foi aprovada por ter diretrizes específicas e sobre a flexibilização da jornada dos TAs,
33 destacando o trecho final do despacho do TCU e enfatizando que esta é uma vitória a ser
34 comemorada pela instituição. A conselheira Daniela Curcio, representando a comissão que
35 estuda a atualização do regulamento do Consup lembrou de ter sido encaminhado e-mail a
36 todos os conselheiros disponibilizando os contatos para recebimento de sugestões. O
37 conselheiro Mack Pedroso manifestou o reconhecimento do câmpus Sapucaia a todos os que
38 lutaram pela manutenção das seis horas. Entrou em apreciação a **Política de Extensão e**
39 **Cultura do IFSul**, apresentado pela pró-reitora Gisela Duarte. A conselheira Daniela Curcio
40 disse que o nome do documento não é adequado, que deveria ser regulamento, que as políticas

41 deveriam estar do PPI/PDI, conforme Decreto 9235, que as ações de extensão deveriam ter
42 regulamento próprio. A pró-reitora Gisela Duarte explicou que os institutos, baseados nos
43 documentos norteadores do Forproext e do Forproex, colocam como política; que esta mostra
44 quais os princípios, diretrizes, linhas de atuação e áreas temáticas; que o regulamento é
45 posterior e vai regulamentar cada uma das ações da política. Explicou que no PDI há texto
46 contextualizador do que é a extensão no instituto; que temos três PPIs e nenhum trata da
47 extensão, apenas no PDI surge o texto contextualizador. A diretora Ana Paula Silva explicou
48 que o Decreto 9235 define que o PPI conterá as políticas institucionais de ensino, pesquisa
49 e extensão e que não vê que a demanda trazida pela Pró-reitoria fira o contido no PDI
50 2014/2019 nem o contido no decreto; que vê como necessária a instituição dessas políticas
51 para que se tenha embasamento do que é ensino, pesquisa, extensão; que o PPI vai conter
52 todas essas políticas; que não vê impedimento que a política seja apreciada pelo Conselho. A
53 pró-reitora Gisela Duarte salientou que o texto do PDI diz o que é extensão as não define
54 como a ação extensionista vai se desenvolver, o que é explicado na política. A conselheira
55 Janete Otte disse que as políticas deveriam constar nos documentos básicos da instituição,
56 para mais fácil localização, que no PDI permite acesso a todos. A pró-reitora Gisela Duarte
57 explicou que na aba Extensão estão disponibilizados todos os documentos relacionados à
58 política, editais, regulamentos. O presidente lembrou que o documento foi construído a partir
59 de discussão na comunidade. A conselheira Daniela Curcio disse que no art. 45 deveria ser
60 acrescido algo que garantisse a gratuidade das ações. A pró-reitora Gisela Duarte respondeu
61 que toda ação da extensão é gratuita para as instituições públicas. Colocada em votação, a
62 política de extensão foi aprovada por maioria, com seis abstenções. A conselheira Daniela
63 Curcio falou sobre a Comissão Central do PDI, solicitando a inclusão de representante do
64 sindicato para acompanhar o andamento do trabalho e dar retorno quando solicitado. A
65 diretora Ana Paula Silva lembrou que o plano de trabalho aprovado pelo Conselho estabelece
66 competências da comissão central que são relacionadas ao detalhamento da metodologia,
67 trabalho junto à CCS para divulgação para promover eventos de sensibilização e a discussão
68 documento com a comunidade e finalizar o trabalho montando a proposta que vai ser
69 submetida ao Conselho e que tem representantes dos diretores, das câmaras, discentes,
70 TAEs e docentes do Conselho, eleitos pelos pares e com respaldo para representar a
71 comunidade. Entende e defende a participação da comunidade como um todo; que além da
72 comissão central vai ter o trabalho das comissões temáticas, que vão necessitar de grande
73 envolvimento da comunidade para que se tenha todos os textos do PDI elaborados; tem as
74 comissões locais que são o braço de cada unidade, que devem chamar a comunidade para a
75 discussão nos câmpus/reitoria; considerando a participação e envolvimento do sindicato
76 sugere a sua participação em comissões temáticas que tratem de gestão de pessoas,
77 organização administrativa, que têm foco relacionado com as questões de trabalho do
78 sindicato e também nas comissões locais, uma vez que o foco da comissão central é olhar o
79 trabalho dessas outras comissões e finalizar o documento; que, independente de participar
80 ou não de alguma comissão, toda comunidade está no papel de avaliar, cobrar. O conselheiro
81 Mack Pedroso manifestou preocupação quanto a duas situações: uma que a comissão já tem
82 representantes; outra, que em Sapucaia há outro sindicato que representa os servidores e
83 precisa ter cuidado para não priorizar. A diretora Ana Paula Silva lembrou que a proposta é
84 incluir o conselheiro representante do Sinasefe na comissão e que, em relação aos câmpus,
85 há liberdade de escolha do representante na comissão local. O presidente colocou em votação
86 a proposta de alterar a composição da comissão central, incluindo representante sindical. A
87 proposta foi rejeitada por quinze votos, havendo treze favoráveis e dezenove abstenções.
88 Passou a ser apreciada a **alteração na estrutura do câmpus Pelotas**, relacionada à
89 exclusão/inclusão de coordenadorias, que não implicam alteração no regimento interno do
90 câmpus por serem coordenações de cursos e uma coordenação pro tempore; a única

91 exigência é que a vigência seja a partir do dia 20 para permitir as dispensas/designações.
92 Colocada em votação, a proposta foi aprovada por maioria, com três abstenções. Entrou em
93 apreciação do **Regulamento do Comitê Gestor de Sistema de Gestão Ambiental**. A diretora
94 Ana Paula Silva explicou que a coordenadoria de gestão sustentável tem a responsabilidade
95 de gerenciar o sistema de gestão ambiental do IFSul aprovado pela resolução 149/2017 do
96 Consup, que esse sistema é estruturado pelo comitê diretor, que foi constituído ao longo do
97 ano e elaborou seu regulamento, e pelos NUGAIs. O coordenador Marcelo Terres explicou
98 que para a constituição do comitê foram convidados os servidores com formação na área
99 ambiental para darem o suporte técnico e, a partir de reuniões, foi elaborado o regulamento.
100 O conselheiro Tales Amorim disse que gostaria de divulgar a importância do comitê para os
101 NUGAIs nos câmpus, onde são tão cobrados e muitas vezes têm dificuldade realizar algumas
102 atividades. O coordenador Marcelo Terres disse que uma das primeiras ações do comitê será
103 a revisão do regulamento dos NUGAIs; também tem o papel de assessorar nas áreas técnicas;
104 pretende realizar ao menos uma reunião anual com os NUGAIs para troca de experiências.
105 Colocado em votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade. A seguir, entrou em
106 discussão o **Plano de Logística Sustentável**. O coordenador Marcelo Terres explicou que as
107 ações de sustentabilidade não estavam sendo gerenciadas adequadamente, por isso foi
108 reunida a comissão gestora que fez nova proposta de plano de ações, apresentada a todas as
109 unidades e enviada a todos os NUGAIs e, após recebimento de sugestões, resultou no
110 documento em análise. O conselheiro Carlos Correa salientou a importância do processo, mas
111 disse ser necessário discutir as questões orçamentárias e técnicas que serão necessárias
112 para implantar as metas estabelecidas, compra de materiais, substituição de lâmpadas;
113 manifestou preocupação em não conseguir cumprir as metas dentro dos prazos estabelecidos.
114 O coordenador Marcelo Terres disse que as propostas de redução poderão ser revistas em
115 função do acompanhamento e que haverá avaliação parcial no meio e no final do ano e as metas
116 poderão ser revistas porque não há histórico de indicadores que indiquem o que realmente
117 vai ser conseguido de redução; que em relação a orçamentos, foge de sua alçada. O
118 conselheiro Alexandre Escuto disse que há indicadores que podem ser falseados facilmente,
119 como impressão, gasto com folhas, transporte de pessoal, cuja utilização pode ser
120 remanejada entre setores, por isso as metas poderiam ser mais ajustáveis. A diretora Ana
121 Paula Silva disse que muitas metas dependem mais de mudanças comportamentais do que de
122 investimento e as que dependem de orçamento já estão sendo trabalhadas; que como é um
123 plano do IFSul, preferiram não amarrar questões específicas e necessidades dos câmpus e
124 por isso não foi apresentado detalhamento orçamentário. O coordenador Marcelo Terres
125 disse que é um plano dinâmico, que tem continuidade, que a ideia não é mascarar nenhum
126 indicador. A diretora Ana Paula Silva disse que neste primeiro momento está sendo olhada a
127 instituição como um todo, que na hora de fazer a avaliação será preciso um olhar qualitativo
128 e quantitativo considerando as realidades envolvidas; que talvez posteriormente seja
129 necessário trabalhar com anexos para cada câmpus, de acordo com suas necessidades e que
130 os resultados observados possam gerar novas ações. O presidente lembrou que os câmpus
131 Bagé e Charqueadas conseguiram a instalação de usinas de geração fotovoltaica que colabora
132 neste processo e, quanto ao uso de papel, lembrou a implantação da documentação e
133 processos eletrônicos via Suap; salientou a necessidade de repensar as práticas pedagógicas,
134 que estão desatualizadas, para estarmos mais próximos dos alunos e também se enquadrar
135 no PLS. Colocado em votação, o regulamento foi aprovado por maioria, com duas abstenções.
136 A diretora Ana Paula Silva apresentou a **Política de Gestão de Riscos**; disse estar
137 representando o comitê de governança e risco e controles instituído no IFSul ano passado
138 em decorrência da IN/MPOG/CGU/01/2016, que desde então vem buscando referências e
139 fazendo discussões e buscando capacitações com ministrante da CGU para gestores, que
140 aconteceu em outubro; que o documento construído com base no que outros IFES estavam

desenvolvendo e em todo esse caminhar foi apresentado ao Codir. O conselheiro Tales Amorim questionou se no art. 2º não deveria ser incluída a conceituação de outros termos constantes do documento. A diretora Ana Paula Silva disse que este artigo replica o que a IN traz; do mesmo o art. 5º replica o art. 6º da IN.; que existe instrução e decreto posteriores a esta IN que definem integridade e compliance. Sobre o art. 8º. o conselheiro se manifestou insatisfeito com o termo "alguns", defendendo que quando se trata de documentos, todos devem ser listado ou, pelo menos, os principais; sobre o art. 14, que fala dos agentes, detalha muito quem compõe o comitê, mas não quem compõe o núcleo nem quem são os gestores e pediu que houvesse tal inclusão. A diretora Ana Paula Silva explicou que o art. 8º é igual ao art. 11 da IN. Disse que por ser uma política, ela traz diretrizes e limites em relação a alguns aspectos, por isso não trazem tudo, apenas alguns que são necessários para a governança e risco; para qualquer modificação seria necessária uma avaliação em relação ao que traz a legislação. O auditor Laerte Karnopp explicou que os elementos do art. 8º são do COSO, comitê internacional que trata de questões de auditoria interna; são elementos explicativos e não tem como esgotar todas as possibilidades. O conselheiro Tales Amorim disse ter entendido a justificativa, embora discorde. A diretora Ana Paula Silva disse que quando se fala em governança, ela é institucional, não pode estar atrelada a uma única estrutura, por isso a proposta de trabalhar com um núcleo de governança, risco e controle, para colocar em prática o que o comitê gestor determinar; ele não vai fazer o trabalho, precisa de um grupo que realize as orientações. O núcleo é uma proposta nova, por isso não consta a composição; que estão trabalhando uma IN para apresentar ao comitê gestor, detalhando essa atuação, será buscado um grupo que esteja envolvido com os processos que o comitê determinar; por isso não pode prever uma comissão se podem ser necessárias pessoas envolvidas em outros processos para atuar em relação à gestão de risco. A DDI vai se envolver com o núcleo, para dar suporte e estabilidade em relação à formação, mas a formação vai depender dos processos que o comitê determinar; se for do ensino, por exemplo, precisa haver pessoas ligada a ele. A IN vai detalhar todos esses aspectos. Os gestores dos processos já são previstos na própria lei e cada processo institucional tem um gestor, com competências relacionadas a ele. O conselheiro Fabio Oliveira disse sentir-se incomodado com o uso de termos estrangeiros em documentos nacionais. O conselheiro Alexandre Escouto perguntou sobre a formação dos núcleos, tendo a diretora Ana Paula Silva respondido que, aprovada a política, será criado o núcleo, cuja formação será definida pelo comitê. O conselheiro Alexandre Escouto disse que isso deveria ser previsto na política. A diretora disse ser possível criar dispositivo dizendo que o comitê gestor será o responsável pela formação do núcleo. O presidente lembrou que a criação do comitê segue a orientação que a CGU impõe a todos os órgãos do Executivo do governo federal, e tem prazo. Sugeriu a inclusão dos dois termos solicitados pelo conselheiro Tales Amorim (integridade e compliance) e considerar a sugestão do conselheiro Alexandre Escouto (composição) e colocou o documento em votação, condicionado a essas inclusões. O documento foi aprovado por maioria, com uma abstenção. A seguir, foram colocadas em apreciação as quatro especializações da PROESP: **Educação pela Pesquisa (Novo Hamburgo); Esporte Escolar (Pelotas), Educação para os Anos Finais do Ensino Fundamental (Lajeado) e Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos**, que é um programa nacional. O conselheiro Nei Santos teceu algumas considerações sobre a Especialização do câmpus Avançado Novo Hamburgo: a primeira, relacionada à condição de ser câmpus avançado, que tem determinada estrutura e recursos humanos e hoje o câmpus oferta o curso integrado de Mecatrônica nas modalidades integrada e subsequente; na possibilidade de utilizar o recurso humano que tem, debateu com os professores da área de humanas a possibilidade da oferta de uma especialização, especialmente voltada para a pesquisa porque a prática pela pesquisa possibilita o protagonismo do próprio estudante.

191 também porque o câmpus participa, na cidade de Novo Hamburgo, do Fórum Municipal de
192 Educação e onde foi feito um diagnóstico, a partir dos professores da rede municipal, de
193 quinhentos interesses diversos; a escolha baseou-se na missão do IFSul, de qualificar os
194 trabalhadores em educação; por fim a ideia de que a ciência ou educação não garante por si
195 só a ideia do pensamento ético e pensar educação pela pesquisa é pensar a compreensão da
196 ética na educação. Em relação ao curso Especialização EJA, o conselheiro Mack Pedroso
197 mostrou preocupação por aprovar curso de práticas assertivas a distância, deveriam ser
198 então teorias. O Pró-reitor Vinícius Martins explicou ser proposta do IFRN, com a proposta
199 de discutir maneiras assertivas e práticas assertivas no sentido de EJA e PROEJA para as
200 redes municipal, estadual e federal, para professores que estejam atuando nessa modalidade
201 e também para gestores, para sensibilizar sobre a importância do EJA, das pesquisas e todas
202 as experiências exitosas que aconteceram em outros câmpus, que possam ser trabalhadas
203 nesta especialização. O conselheiro Nei Santos lembrou que a especialização de Novo
204 Hamburgo é em regime presencial; sobre a fala do conselheiro Mack Pedroso, diz ser o
205 desdobramento para outra reflexão, porque traz como destaque a ideia da distância, e
206 quando aprovamos um curso de licenciatura de pedagogia a distância estamos caindo no
207 mesmo problema, o que demanda espaço para outro debate. A conselheira Gisele Heckler
208 disse que olhando o PPC de Novo Hamburgo ficou com dúvida por ter referência, várias vezes,
209 à duração de 360 horas mas, no capítulo 11, a carga horária fala em 450 horas. Constatada
210 a divergência, e sendo correta a carga de 360 horas, foi acertado o item 11 do documento. A
211 conselheira também disse que toda iniciativa de formação docente para o público específico
212 do PROEJA é muito importante, principalmente neste momento político, e sugeriu alterar o
213 nome do curso para assertivas "sobre" políticas. O presidente explicou, sobre o curso a
214 distância, que é um projeto nacional e não temos como modificar, apenas aceitar ou não. Disse
215 que tem incentivado esses cursos nos câmpus, por ser a forma de proporcionar qualificação
216 a pessoas que nunca tiveram a chance de se especializar no seu tempo e idade normais; que
217 hoje só temos cinco câmpus que oferecem cursos PROEJA e gostaria que todos o fizessem.
218 O pró-reitor substituto Rodrigo Silva explicou que o curso proposto pelo RN oferece 1500
219 vagas, que o IFSul começou depois, que o IFRN retrocedeu e nos deu a possibilidade de
220 aderir, a PROEN fez todos os esforços para consolidar esta especialização, são dois
221 encontros presenciais, foi oferecido aos câmpus e só um teve interesse, por isso foi
222 oferecido ao Centro de Referência, que, se aprovado, vai gerar uma coordenação-geral e uma
223 vaga de mediador e sairá nos próximos dias o edital, que o cronograma está atrasado,
224 possibilitando a separação de vagas, que são 30 para a rede federal. Disse que embora seja
225 curso vinculado à PROESP, a PROEN não mediu esforços para que o IFSul pudesse aderir.
226 O conselheiro Carlos Correa disse ter a sensação de estar aprovando o PPC de um curso do
227 RN, que teríamos condições de apresentar algo nosso, de qualidade, feito pelos nossos
228 servidores. Foi explicado que o que se está aprovando é a adesão ao projeto. O conselheiro
229 Nei Santos sugeriu a votação em separado das especializações do IFSul e do ENCEJA.
230 Colocadas em votação as três especializações de Novo Hamburgo, Pelotas e Lajeado, foram
231 aprovadas por unanimidade. A seguir, foi levada à votação a Especialização de práticas
232 assertivas ENCEJA, em parceria com o RN, aprovada, com dezesseis abstenções. Na
233 sequência, foram submetidas à avaliação as **POV dos referidos cursos**. O pró-reitor Vinícius
234 Martins solicitou também a apreciação da exclusão das turmas 2017/1 e 2018/1 da
235 **Especialização em Química Ambiental** do câmpus Pelotas. O presidente colocou em votação
236 os POV das quatro Especializações, aprovados por unanimidade. A seguir colocou em votação
237 a retirada do POV da Especialização em Química Ambiental, aprovada por maioria, com três
238 abstenções. Após retorno do intervalo para almoço, entraram em apreciação as **Diretrizes**
239 **para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de**
240 **Educação, Ciência e Tecnologia**. O conselheiro Fábio Oliveira solicitou que essas diretrizes

241 já definidas pelo Fórum de Desenvolvimento do Ensino, e com aval do CONIF, sejam
242 discutidas no Conselho. O pró-reitor substituto Rodrigo Silva disse que a primeira versão
243 recebida foi encaminhada à coordenadoria de apoio pedagógico da PROEN, que devem ser
244 levadas à conclusão até dezembro 2019 e para reformulação dos PPCs dos cursos até 2021;
245 a ideia é levar as diretrizes para a câmara de ensino, para a OD e discussão do PPI. Na
246 próxima reunião da câmara será definido como os trabalhos serão repassados à comunidade.
247 O presidente salientou que são diretrizes estabelecidas pelo CONIF, o que não significa que
248 tenhamos que seguir à risca, porque envolve autonomia pedagógica. A servidora Luciana
249 Loponte lembrou que teve dois seminários do ensino médio integrado organizados pelo
250 CONIF, que do primeiro resultou o manifesto em defesa do ensino médio integrado e, no
251 segundo, quando foi trabalhada a questão das diretrizes, não houve consenso, ficando muita
252 coisa para ser discutida, por isso apoia a forma como a PROEN está encaminhando.
253 Esclarecido o assunto, entrou em discussão o tema **Estratégias para elevação de índices de**
254 **eficiência do IFSul**. O conselheiro Fábio Oliveira também solicitou que sejam discutidas no
255 Conselho com base nos resultados da plataforma Nilo Peçanha e gostaria de saber quando
256 acontecerão as discussões sobre o desempenho dos câmpus. O pró-reitor substituto Rodrigo
257 Silva explicou que a PROEN reformulou a comissão de permanência e êxito, ampliando a
258 central, com a participação dos chefes de ensino, criou a comissão por câmpus, a versão final
259 da portaria está na agenda da reunião da Câmara de Ensino da próxima semana; forma feitas
260 várias considerações no relatório de permanência e êxito apresentado em Sapucaia, em
261 função de como os recortes foram feitos na plataforma Nilo Peçanha, pois o CaVG foi
262 prejudicado nesse recorte porque não tinha fechado o ciclo da avaliação e os alunos ficaram
263 como retidos; que em janeiro a plataforma sofre nova atualização, com novo piloto e novos
264 índices; a PROEN está organizando seminário para março ou abril, quando já terá novos
265 índices da plataforma Nilo Peçanha para discussão, abrindo para a comunidade, com relatos
266 de experiências e do que a instituição vem pensando para melhorar esse processo; que já tem
267 coletânea de documentos de outros institutos, outros países, que têm feito esse trabalho de
268 permanência e êxito, que são comuns ao que se faz, bem como apresentam resultados
269 semelhantes; que espera consolidar o processo de permanência e êxito nesse seminário. O
270 conselheiro Celso Gonçalves disse que os dados apresentados no seminário também
271 prejudicaram Santana do Livramento; que os dados apresentados levaram em consideração
272 apenas os cursos subsequentes, desconsiderando o integrado e o caráter de câmpus
273 binacional, em que os alunos entram por sorteio, que é a metodologia utilizada no Uruguai;
274 não considera também os cursos ministrados no Uruguai, que usam processo pedagógico que
275 é nosso; que o acordo binacional prevê que cada um dos lados use a sua metodologia; disse
276 que a exposição dos dados merece ser contextualizada e discutida severamente, levando em
277 consideração o que as pessoas que trabalham no câmpus têm em relação a eles; que
278 precisamos melhorar os índices, mas é preciso discutir bastante os dados antes de expor
279 para a comunidade. O conselheiro Carlos Correa disse que as nossas atividades bem como a
280 plataforma precisam ser analisadas de forma qualitativa, que é preciso cuidado quando se
281 avalia números, porque não são definidores; que apresentar para a comunidade uma planilha
282 com contraste entre orçamento e aproveitamento vai levá-la ao pensamento comum que os
283 servidores públicos não desempenham suas atividades; que nos índices, há uma série de
284 variáveis que devem ser levadas em consideração, por exemplo, em 2017, em função da
285 greves, não houve entrada, o vestibular foi adiado; que o trabalho feito no câmpus tem que
286 ser valorizado, exemplificou que o câmpus Pelotas tem estrutura de dez cursos técnicos,
287 graduação, pós-graduação de especialização e mestrado, por abrir um doutorado, trabalho
288 de extensão desenvolvido com a comunidade, profuncionário, assistência estudantil; então
289 há necessidade de considerar as variáveis de cada câmpus e mostrar a comunidade as coisas
290 positivas que o IFSul faz. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que o câmpus Passo Fundo

291 começou com cursos subsequentes, que ainda são o carro-chefe do câmpus; que são os
292 grandes atuadores da sociedade porque abrangem pessoas que achavam que nunca mais iriam
293 estudar, que trabalham em chão de fábrica e precisam fazer um esforço muito maior; que
294 não é possível conseguir índices bons no subsequente; que os PPCs dos subsequentes já
295 mudaram três, quatro vezes, no sentido de otimizar o curso, melhorar a prática pedagógica
296 e, se possível, melhorar os índices de aprovação. Disse que no período da captação dos dados
297 o câmpus foi prejudicado porque 2015 a 2017 foram os anos da limpeza, porque no
298 subsequente não pode ser aplicada a regra, o aluno está há mais de dois anos, exclui; é preciso
299 dar chance, ele pode repetir 5 vezes matemática; nos anos citados foram excluídos os que
300 realmente não iriam continuar; que todos os cursos têm que melhorar, mas é importante
301 apontar todos os itens e espera que os índices melhorem. O conselheiro Rocelito Andrade
302 disse que se precisa de números para fazer gestão, o que não significa que precise ser
303 publicado ou haja comparação entre câmpus; que é fundamental ter índices de eficiência
304 dentro da gestão. Recebendo permissão para falar, a diretora de ensino de Passo Fundo,
305 Maria Carolina Fortes, disse que ter parâmetros é fundamental, mas antes de pensar em
306 índices precisamos pensar o que se entende por eficiência; que a situação relatada pelo
307 conselheiro Pitol de tirar alguns alunos foi depois de um trabalho intenso de contato com eles
308 para que retornassem aos estudos, concluíssem estágios, porque havia muitos alunos em
309 situação de concludente e praticamente zeraram conseguindo que os alunos de cursos
310 subsequentes concluíssem seus estágios, assim como no curso Tecnólogo em Sistemas para
311 Internet que está em extinção, com alto índice de evasão, foi feito trabalho para resgatar
312 alunos para concluir o curso e estágios; que nos índices de 2018 que vão contar em 2019, já
313 terão números bem melhores; que ao longo dos onze anos do câmpus tiveram muitos cursos,
314 a possibilidade de muitas pessoas no mundo do trabalho; que das primeiras turmas de
315 engenharia que estão formando agora, já há alunos cursando mestrado; isso é eficiência, sem
316 falar do número de alunos oriundos do subsequente que aprovam, e bem classificados, em
317 concursos públicos. Então temos que discutir o que é eficiência e êxito e o que esses índices
318 podem apontar em relação ao nosso trabalho. Que todos os câmpus já trabalharam com a
319 permanência e êxito, o trabalho está sendo retomado, todos os chefes de ensino estão
320 envolvidos; que no câmpus foi feita a alteração de PPCs dos cursos subsequentes a partir das
321 discussões da comissão de permanência e êxito, também houve a extinção de curso por baixa
322 procura e a criação de Engenharia da Ciência da Computação, em funcionamento e com índice
323 de evasão muito baixo. Por isso é importante olhar o contexto, não apenas chegar numa
324 instituição e olhar números como algo único. O conselheiro Fábio Oliveira salientou o quanto
325 essas informações depõem contra o IFSul para o público externo. Acha que os índices devem
326 ser expostos, mas o problema não é o índice ser alto ou baixo, é como ele é construído. O
327 diretor Alexandre Pitol lembrou que todos os dados constam no relatório de gestão anual,
328 que é aberto a todos. O presidente lembrou que os dados que o colega Sidinei enviou foram
329 os mesmos apresentados no seminário de Sapucaia, quando colocou para o colega que deveria
330 ter repensado algumas coisas, como que hoje o orçamento geral do instituto inclui todos os
331 inativos, aposentados e não deveria estar dentro do escopo custo por aluno, pois fizeram jus
332 à aposentadoria, mas não devem continuar dentro do orçamento institucional o resto da vida.
333 Isso é injusto porque o governo inclui no nosso orçamento e ao mesmo tempo contabiliza na
334 previdência, há duplicidade desse número contra nós. Foi apreciado o **Regimento do Sistema**
335 **de Gerenciamento de Bibliotecas do IFSul**, proposto pelo grupo de bibliotecárias, que
336 deverá ser elencado no Regimento. Sem destaques, foi levado à votação e aprovado por
337 maioria, com duas abstenções. Considerando ter quórum qualificado entrou em apreciação a
338 **alteração do Regimento Geral**. A diretora Ana Paula Silva explicou que o regulamento do
339 sistema de gerenciamento de bibliotecas precisa estar vinculado à PROEN, por isso está
340 sendo proposta a inclusão da competência da PROEN no Regimento Geral, de acompanhar as

341 atividades do sistema de gerenciamento de biblioteca do IFSul. Colocada em votação, a
342 proposta de alteração do regimento foi aprovada, com 49 votos favoráveis e uma abstenção.
343 O presidente colocou em pauta os **Regimentos Internos dos câmpus Charqueadas, Santana**
344 **do Livramento e Venâncio Aires**, após a diretora Ana Paula Silva explicar que os três foram
345 avaliados pelas instâncias de direito. Aprovados pela unanimidade dos presentes, com 48
346 votos. A seguir, foram colocados em apreciação os **Quadro de Funções dos câmpus**
347 **Charqueadas, Santana do Livramento e Venâncio Aires**, que devem ser adequadas às
348 estruturas aprovadas na pauta anterior. O conselheiro Celso Gonçalves explicou que, em
349 função da criação de FCC criada para o câmpus Santana do Livramento, foi criado o curso
350 superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, binacional, primeiro a ser criado após o
351 acordo com o Uruguai, abrindo leque de oferta de cursos superiores na fronteira. Os quadros
352 de funções foram aprovados por maioria, com uma abstenção. A seguir, entrou em apreciação
353 o **Encontro mensal com todos os servidores**. O conselheiro Fábio Oliveira apresentou a
354 solicitação que o Consup garantisse a realização de pelo menos uma reunião mensal com a
355 direção dos câmpus e todos os docentes e técnicos administrativos e que o não
356 comparecimento fosse apontado como falta de transparência. O conselheiro Alexandre Pitol
357 não vê problema quanto às reuniões, mas não concorda que deva ser por imposição do
358 Conselho, pois cada câmpus tem suas particularidades, cursos diferentes, formas diferentes
359 de trabalhar; que se for imposto, que a reunião seja também para a comunidade acadêmica,
360 para o câmpus inteiro, com participação da comunidade externa e dos pais. O conselheiro
361 Mack Pedroso disse ser interessante, mas inviável. O conselheiro Alexandre Escouto disse
362 que se o Conselho aprovar a proposta, também deve implantar o que fazer com os servidores
363 que não atendem às convocações e nem justificam ausência em tempo hábil, o que costuma
364 acontecer quando há convocação para reuniões gerais; se for para garantir transparência há
365 outros mecanismos mais eficientes. O conselheiro Rocelito Andrade considera que deva ser
366 decisão do câmpus. A conselheira Giuliana Oliveira disse sentir que a proposta veio dos
367 docentes, mas que também os servidores técnico-administrativos do câmpus Passo Fundo
368 sentem a necessidade de reuniões gerais para que fluam mais as informações. A conselheira
369 Luciana Loponte disse que o Sinasefe acolhe a proposta, defendendo a transparência das
370 informações. O conselheiro Alexandre Pitol disse que a gestão deve analisar a pertinência do
371 assunto, por exemplo a reestruturação é um assunto importante e os alunos devem ser
372 chamados para discutir; disse que o câmpus tem a periodicidade de duas reuniões gerais, uma
373 no início e outra no fim do ano; que os coordenadores são obrigados a fazer reunião semanal
374 com a chefia, o que atende a transparência, concordou com a conselheira quanto a abranger
375 o segmento. O conselheiro Tales Amorim disse evitar convocações, faz chamamento via e-
376 mail e defendeu a autonomia dos câmpus. Disse que cada curso deveria ter uma reunião
377 mensal, e não apenas da área técnica, mas não está sendo possível garantir a periodicidade.
378 O conselheiro Fernando D'Oca disse que a proposta não garante transparência, nem
379 democracia e participação; propôs que os colegas pensem outras estratégias. O conselheiro
380 Fábio Oliveira falou sobre o truncamento de informações nas reuniões. O conselheiro Antônio
381 de Genz lembrou que participação é diferente de obrigação e que cada câmpus deve
382 estabelecer sua dinâmica. Sugeriu a leitura do livro "A sociedade da transparência" e
383 salientou que o site do IFSul deveria apresentar maior número de informações sobre o que
384 acontece na instituição. O conselheiro Celso Gonçalves disse que na pauta não foi explicado
385 como seriam realizadas as reuniões, por exemplo nos meses de férias, nos meses em que
386 estão sendo abastecidos dados do Q-Acadêmico, a situação de seu câmpus em que há horário
387 de verão no Brasil mas não no Uruguai; defendeu a autonomia dos câmpus para realizar
388 reuniões de acordo com suas demandas. O conselheiro Jonatas Silva questionou se houve
389 submissão do assunto ao Conselho do câmpus. O conselheiro Alexandre Pitol respondeu que
390 ainda não houve a primeira reunião do Conselho do câmpus; que está sem representantes

391 discentes. O conselheiro Fábio Oliveira disse o assunto foi encaminhado aos servidores e que
392 não houve manifestação negativa referente à inclusão na pauta. A conselheira Maria Carolina
393 Fortes explicou a dinâmica das reuniões do Departamento de Ensino há quatro anos; são
394 reuniões quinzenais, há um sistema onde as pautas são registradas e os coordenadores todas
395 as quartas-feiras as levam para as reuniões; muitas necessitam buscar a opinião dos grupos
396 para que se chegue ao consenso; as atas ficam públicas no sistema; que técnicos-
397 administrativos participam das reuniões. O presidente levou à votação a proposta de criar
398 mecanismos de reuniões periódicas em todos os câmpus e que, sendo aprovada, seja criado
399 grupo para definir os mecanismos. A proposta recebeu 3 votos favoráveis e houve 5
400 abstenções. O conselheiro Mack Pedroso sugeriu que os representantes de Passo Fundo
401 levem para o câmpus a necessidade ou de não de se reunirem. Entrou em apreciação o
402 **Regulamento da Biblioteca - multa solitária**. O presidente explicou que seria a inclusão da
403 proposta do câmpus Camaquã de implantar a multa solidária. A conselheira Janete Otte
404 referindo-se ao parágrafo 8º, perguntou como os alimentos seriam utilizados pela instituição,
405 que isso deveria constar no regulamento. A servidora Ceila Soares disse que poderiam ser
406 repassados para a ação social do câmpus e que seriam recolhidas em eventos, abrindo o leque
407 para recebimento de outros produtos e brinquedos; que cada câmpus faria seu projeto
408 definindo como seria a arrecadação e para onde seria repassada, sempre projetos e nunca
409 uma troca linear. O conselheiro Tales Amorim justificou esse tipo de multa porque há valores
410 muito pequenos para emissão de GRU e porque somos uma instituição pedagógica, e a multa
411 solidária teria esse mesmo caráter; lembrou que não tem caráter obrigatório, podendo o
412 câmpus definir se iria ou não adotar. O conselheiro Carlos Correa salientou atentar ao
413 posicionamento da procuradoria federal, quando diz que deve ser para todos os câmpus. A
414 conselheira Janete Otte propôs limitar apenas ao encaminhamento para entidades
415 filantrópicas, para tirar da instituição a responsabilidade de escolher a quem direcionar
416 internamente. O presidente levou à votação esta proposta, aprovada com cinco abstenções.
417 A seguir foi colocado em votação a proposta de aprovação do regulamento com a inclusão da
418 multa solidária, aprovado por maioria, com quatro abstenções. O conselheiro Fabio Oliveira
419 solicitou esclarecimento institucional a respeito da **morosidade na discussão da organização**
420 **didática** do câmpus, que o representante da comissão participou de algumas reuniões mas não
421 há muitas informações ligadas à pauta sobre diretrizes sobre oferta de cursos técnicos, que
422 depende da discussão da OD. Ratificou a cobrança do porquê não haver discussão
423 institucional. O pró-reitor substituto Rodrigo Silva explicou que foram convocadas duas
424 reuniões, da OD e do PPI e posterior reunião da Câmara de Ensino, que começou a discussão
425 da OD, que foi fracionada em vários tópicos; na discussão do grupo todo, o grupo da Câmara
426 de Ensino resolveu parar a discussão da OD e se deter no PPI; foi montada uma comissão do
427 PPI e decidiram finalizá-lo até meados de fevereiro/março, para após retomar as discussões
428 da OD, que é um processo mais complexo e envolve maior número de pessoas; foi decisão da
429 Câmara de Ensino; amanhã terá a terceira reunião do PPI, após irá para a Câmara de Ensino,
430 inclusive o que passou pelo Consup, e no início do ano letivo poderão ser retomadas as
431 discussões da OD. O assunto discutido a seguir foi a **garantia que cada câmpus chame**
432 **profissionais da cultura geral**. O conselheiro Fábio Oliveira disse que o câmpus solicita, já
433 que garantida em Resolução do Consup, que cada câmpus contrate os profissionais
434 necessários para fechar seus quadros nas áreas de cultura geral, seguindo o planejamento
435 de cursos novos, que se garanta essa contratação de profissionais para os cursos novos, que
436 não inclua profissionais que já tenha nos câmpus. O presidente disse que, nessa questão, cada
437 câmpus tem sua autonomia na destinação das vagas que recebe; isso tem acontecido todas as
438 vezes que chegam vagas; que essa discussão tem que passar por dentro do câmpus; não sabe
439 se tem alguma questão pontual sobre isso mas, até então, é o que vem acontecendo, essas
440 destinações sempre são de acordo com as necessidades do câmpus; não há uma garantia de

441 que essa destinação vá ser para a cultura geral ou para a área técnica, vai ser de acordo com
442 as necessidades que cada câmpus tiver naquele momento e isso está dentro da autonomia do
443 câmpus em fazer essas definições de destinação de vagas. O conselheiro Alexandre Pitol leu
444 o resumo do envio da pauta, onde foi colocado espanhol (ata Consup 04/2018 e resolução
445 14/2009) e que não sabe o que o solicitante quer dizer. O presidente lembrou que o que foi
446 aprovado foi o apoio à continuação da oferta do espanhol, não que seria priorizada a
447 contratação de professores de espanhol, talvez haja uma leitura diferente; foi uma defesa
448 proposta pelo Sinasefe, o manifesto em defesa do espanhol nos currículos; acredita que
449 devemos deixar essa autonomia do câmpus de fazer a definição da destinação de vagas de
450 acordo com suas necessidades. O conselheiro Fabio Oliveira ressaltou que essa resposta é
451 muito importante para o demandante, por isso solicitou que fosse transcrita integralmente.
452 O conselheiro Carlos Correa disse que agora tem a discussão das PNCC e o espanhol é uma
453 das disciplinas que não consta da nova estrutura curricular, talvez a Proen tenha que se
454 envolver nessa discussão. O presidente disse que a PNCC foi sancionada semana passada,
455 aprovados quatro itinerários; o quinto itinerário, que é o da educação profissional, o que
456 talvez modifique alguma coisa no nosso ensino integrado não foi aprovado ainda, por isso o
457 movimento do Conif em chamar o relator do CNE para começar as discussões com ele e
458 reafirmar as defesas da melhor opção e melhor proposta da educação para o ensino médio
459 integrado. A conselheira Luciana Loponte lembrou que há dois documentos encaminhados e
460 aprovados pelo Consup, um de manutenção de espanhol no currículo e o outro de
461 contrariedade à reforma do ensino médio; então os dois garantem a contratação de todos os
462 professores de todas as áreas por este Conselho, a discussão de quem e em que momento vai
463 ser chamado é da autonomia do câmpus, mas todas as áreas estão cobertas por esses dois
464 documentos encaminhados pelo Sinasefe e aprovados pelo Conselho. Entrou em pauta a
465 **transmissão das reuniões do Consup via webconferência**. O conselheiro Fabio Oliveira
466 justificou que o proponente solicita que seja feita a transmissão via webconferência e seja
467 divulgado o link, o que o conselheiro desconhecia já acontecer, pediu desculpa pelo
468 desconhecimento. O presidente disse que, justamente quando o assunto veio à pauta, a
469 transmissão não pode ser feita por problemas técnicos ocorridos no câmpus Pelotas. O
470 conselheiro disse que o pedido de pauta cita a resolução Consup 5/2017, que cria GT para
471 verificar a participação dos representantes via webconferência, o que permitiria que os
472 representantes de câmpus não precisassem se deslocar até o local da reunião. O presidente
473 disse que apresentou essa proposta na primeira reunião que presidiu; que tem conversado
474 com representantes do GT, mas que o trabalho ainda não andou a contento; que talvez
475 pudesse ser criado outro grupo de estudos e se agregar ao existente, para andar um pouco
476 mais essa questão que é importante. O conselheiro Mack Pedroso disse que o grande
477 dificultador é o sistema de internet, que geralmente não consegue acompanhar na íntegra as
478 reuniões via web feitas em Sapucaia. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que nas
479 discussões foi percebido o valor altíssimo de investimento necessário, que o câmpus Passo
480 Fundo tem sistema de internet que não funciona bem. O presidente disse que um dos
481 problemas é a velocidade de acesso à internet, que no último Conif houve proposta de
482 utilização das redes elétricas para transmissão de dados, projeto que custaria
483 R\$50.000.000,00 para conectar todos os câmpus dos institutos com velocidade de 100 giga.
484 Mudou sua proposta para aguardar até a próxima reunião para contatar a comissão, para que
485 apresentem o que tiverem e se não tiver avançado, montar nova comissão para estudo mais
486 detalhado, trazendo prós e contras de participação de conselheiros via webconferência. O
487 conselheiro Antônio Genz falou sobre a **posição e política institucional pedagógica em**
488 **relação ao uso de celulares e mídias sociais**. Apresentou dados de pesquisa que informam
489 que a França proibiu uso de celulares no ambiente escolar, não apenas nas salas de aula, para
490 estudantes até 15 anos. Para o secundário o governo recomenda a proibição. A ideia é

491 promover um detox em relação a celulares e aplicativos. A ideia já foi adotada em outros
492 países. Este ano, foi publicado o livro "Dez argumentos para você deletar agora suas redes
493 sociais". Leu os dez argumentos, cada um o título de um capítulo e sugeriu a leitura do livro.
494 Nos estados Unidos pesquisas constataam que o aluno perde o foco nos estudos em função do
495 uso do celular, que escolas que baniram celulares tiveram melhor desempenho dos alunos; que
496 a proibição do celular pode reduzir as desigualdades de aprendizado, bem como do nível de
497 stress. A pesquisa relata que o não uso do celular reduz as ocorrências de bullying. O
498 conselheiro diz que o uso dessa tecnologia não pode ser naturalizado e que isso deve ser
499 nosso objeto de reflexão como instituição de ensino. O presidente disse ser um tema
500 importante e polêmico, pois é importante a gente se aproximar do aluno do século XXI, dentro
501 dos limites, nos processos pedagógicos de aprendizagem, mas tudo isso está no escopo da
502 discussão da OD, ouvindo a comunidade como um todo. A chefe de gabinete Berenice Silva
503 apresentou o **Regulamento de formaturas do IFSul**. Disse que foi elaborado por todas as
504 chefes de gabinete, a partir de diversas reuniões, em que eram feitas sugestões
505 encaminhadas para discussão em todos os segmentos dos câmpus, de onde vieram sugestões
506 para aprimorar o documento deixando-o de modo a satisfazer a todos; que muitas alterações
507 foram feitas para atender demandas dos alunos. A conselheira Janete Otte, em relação ao
508 artigo 4º perguntou se a divisão citada seria só para fazer o discurso, o que foi convidado:
509 cada curso terá seu paraninfo, que dividirão entre si um único discurso. A conselheira
510 Fernanda Bispo agradeceu por ser sido permitida uma música por aluno dos cursos técnicos.
511 Aproveitou o momento para falar da importância de incentivar a participação dos alunos no
512 Conselho. Colocado em votação, o regulamento foi aprovado por maioria, com uma abstenção.
513 Foram colocados em aprovação os Projetos Pedagógicos de vários cursos: **Técnico em**
514 **Mecânica Integrado**, **Técnico em Informática Integrado - Passo Fundo**; **Técnico em**
515 **Mecânica Integrado - Sapucaia do Sul**; **Técnico em Administração Integrado - Lajeado**;
516 **Técnico em Eletromecânica - Pelotas**; **Superior de Tecnologia em Sistemas de Internet**
517 **EAD - polos EAD**; **Agroecologia Subsequente - Centro de Referência**. A conselheira
518 Luciana Loponte disse estranhar dois cursos técnicos em Mecânica, mesma modalidade, um
519 com duração de 3 anos, outro, 4 anos e perguntou como foi feita a discussão desses cursos
520 na Câmara e Ensino e Proen. A conselheira Janete Otte pediu esclarecimentos sobre a
521 política do ensino médio na instituição; além da questão anterior, no curso do câmpus Sapucaia
522 do Sul, no ensino integrado tem matrícula por disciplina, o que é uma coisa diferente que está
523 acontecendo, se é autonomia de cada câmpus, que isso dificulta muito na mudança de um aluno
524 de um câmpus para outro, mesmo em curso do mesmo nome. O conselheiro Carlos Correa disse
525 que gostaria de saber onde consta a possibilidade de matrícula por disciplina no integrado;
526 que localizou apenas uma resolução do Conselho Estadual que diz que o aluno reprovado numa
527 disciplina pode recuperar em turno inverso, se reprovado em mais de duas precisa refazer o
528 ano letivo; o CNE diz que sendo integrado tem que obedecer a regulamentação da educação
529 fundamental. Outra questão levantada é o integrado de 3 anos, o de Pelotas é 4; recebeu um
530 estudante de outro câmpus, mesmo curso, e não conseguia matricular. Disse que há
531 necessidade de criar uma política porque é difícil para o gestor administrar. O presidente
532 disse que o IFSul tem uma política bem clara que é respeitar a autonomia pedagógica dos
533 câmpus; se houver proposta de mudança, ratifica seu posicionamento favorável a que seja
534 mantida, porque temos que respeitar as questões regionais de cada curso e de cada câmpus;
535 que o problema de mobilidade pode acontecer também de uma instituição para outra, ou de
536 um câmpus para outro, e ocorrem em número muito pequeno; que a questão pode avançar, mas
537 hoje temos uma política que é a autonomia pedagógica dos câmpus. O pró-reitor substituto
538 Rodrigo Nascimento explicou os trâmites dos PPCs; que até chegar aqui já tiveram 15/16 idas
539 e vindas; que a coordenadoria que trata disso é a de Apoio Pedagógico da Proen, a Caped; que
540 tem excelente equipe pedagógica e está instruída dentro das diretrizes é que faz o

541 alinhamento do PPCs, sempre pensando na autonomia do câmpus, porque quando um câmpus
542 cria um curso é como se fosse um filho que vai defender com unhas e garras e a coordenação
543 de apoio pedagógico vai dentro das diretrizes legais; então há um vai e volta até perceber
544 em que ponto estão interferindo na autonomia do câmpus; se pegar o curso de 4 anos do
545 câmpus Sapucaia, ele só ocorre no turno da tarde; o de Passo Fundo ocorre manhã e tarde;
546 só aí já tem uma diferença; as idas e vindas permitem que a Proen respeite um pouco a
547 autonomia e a história do câmpus. Sapucaia tem uma história nesse sistema que rejeita
548 disciplinas, assim como Passo Fundo vai ter sua história. Se a Proen for contra a autonomia
549 desse câmpus não está contribuindo coletivamente; referente à questão da disciplina, não há
550 nenhum empecilho legal que impossibilite isso, já foi discutido na Caped; existe parecer de
551 outras coordenadorias de apoio pedagógico no sentido de falar se é por disciplina, se
552 contemplaria a integração do curso e do semestre, o que o curso de Sapucaia contempla, seu
553 projeto pedagógico trabalha a integração; então a gente defende o regime de disciplinas e
554 também temos que respeitar a autonomia do curso, do câmpus, o que é muito importante no
555 processo de continuidade da elaboração dos cursos e na confecção deles; quando o curso
556 chega aqui, tudo isso foi discutido, é a versão melhor conseguida para atender os dois lados.
557 O conselheiro Mack Pedroso disse que tem essa modalidade desde 2012 e funciona muito
558 bem. A conselheira Luciana Loponte lembrou que é a segunda vez que a questão da autonomia
559 aparece na discussão de uma pauta e que parece que o questionamento vem no sentido de
560 eliminá-la, quando se discute ensino médio integrado, se discute uma concepção de educação
561 que tem seus princípios e seus autores referenciados para fazer esse debate; os documentos
562 institucionais trazem os autores que nos referenciam; então está falando de uma política e
563 uma discussão maiores; quando soube que Passo Fundo estava trabalhando num curso, falou
564 com o Sidinei e tentou ainda fazer um trabalho em comum, mas não havia mais tempo; havia
565 muita coisa boa no PPC de Passo Fundo e vice-versa, é disso que fala, de política institucional,
566 da política que nos norteia, não está questionando a autonomia dos câmpus, pois quando se
567 falou sobre diretrizes a sua posição foi manter a autonomia e poder discutir por dentro do
568 câmpus com que vai implantar o curso de fato. A questão da matrícula por disciplina foi
569 discutida quando trabalhou na comissão da mecânica; ela é uma questão contraditória na
570 concepção do integrado; não está criticando a matrícula por disciplinas, mas está falando da
571 concepção da política. Na Mecânica em Sapucaia, agora, não se consegue fazer um trabalho
572 diferenciado na cultura geral. O conselheiro Carlos Correa disse que fazer curso integrado
573 em três anos assenta questões orçamentárias, há redução orçamentária e o orçamento é
574 afetado quando passa de quatro para três anos e isso é que deve ser avaliado, mas tem muito
575 respeito pelo trabalho desenvolvido no câmpus Sapucaia. O conselheiro Rocelito Andrade
576 disse que não há certo ou errado, há vantagens ou desvantagens; que desde que começou o
577 câmpus já foi percebida a necessidade de alterar alguns pontos nos cursos. A conselheira
578 Luciana Loponte disse que, como os PPCs não são enviados com a matriz curricular ficou com
579 dúvida, a partir de demanda de professor, sobre não aparecerem todas as disciplinas; que há
580 professores assustados, pensando que o IFSul está aderindo à reforma do ensino médio,
581 perguntou onde está a disciplina de sociologia, por exemplo; precisa responder esses
582 questionamentos porque não consegue ver pelo PPC. O pró-reitor substituto Rodrigo Silva
583 disse que o item 9 - matriz curricular, não é pauta do Consup, mas as disciplinas de filosofia
584 e sociologia estão contempladas na disciplina sociedade, ciência e cultura 1, 2 e 3; dentro
585 dessa disciplina, filosofia e sociologia estão contempladas. A conselheira Luciana Loponte
586 questionou se então não teremos professores de sociologia, filosofia. A conselheira Maria
587 Carolina Fortes disse que até já temos e explicou que o câmpus não trabalha com a ideia de
588 disciplinas e sim de componentes curriculares; então terão sociologia, filosofia dentro do
589 componente curricular sociedade, ciência e cultura, que é um componente que vai trabalhar
590 basicamente a integração de várias áreas do conhecimento e também dentro dos projetos

591 eletivos permanentes, chamados PEP; cada ano o aluno vai escolher participar de um, entre
592 três PEPs oferecidos anualmente; esses componentes curriculares também estão dentro
593 desses projetos; filosofia e sociologia vão aparecer mais dessa forma, trabalhando na
594 articulação da integração de conhecimentos do que dentro de uma perspectiva tradicional de
595 disciplinas; mas há docentes dessas áreas, tanto é que o professor de filosofia do câmpus é
596 o professor Sidinei, que já está no câmpus e trabalhou na proposta, assessorando e apoiando.
597 A conselheira Luciana Loponte considerou bárbara a proposta de integração entre
598 conhecimento e entre as áreas, faz a integração por dentro do projeto, mas para ter certeza,
599 perguntou se teremos o professor de filosofia, sociologia, artes, educação física, todos eles.
600 O presidente salientou que quando tivermos as vagas todas. A conselheira Maria Carolina
601 Fortes esclareceu que estão trabalhando desde junho, todas as quartas-feiras, os
602 professores que vão atuar no integrado já estão se reunindo, estão com os PEPs construídos,
603 os projetos de ensino desses componentes curriculares integrados também já construídos,
604 já estão trabalhando na perspectiva da integração, passou-se a etapa de construir o PPC,
605 estão na etapa de colocar a mão na massa, de ver como de fato vai se fazer esse processo;
606 está garantido dentro do horário das reuniões, todas quartas-feiras, as reuniões para o
607 integrado, para possibilitar que ocorra, de fato, a integração, que não fique a questão dos
608 componentes curriculares da formação geral descolada da formação técnica, o que é
609 fundamental, trabalhar matemática, filosofia, sociologia, dentro dessas perspectivas; esses
610 componentes de sociedade, ciência e cultura, gestão, meio ambiente e segurança são
611 componentes curriculares que vão ter também as áreas técnicas atuando junto dos PEPs.
612 Agora tem um PEP que foi articulado pelo NEABI, então entra o professor de história, de
613 sociologia, professores das áreas técnicas; tem outro de saúde que está entrando inclusive
614 o pessoal da enfermagem para contribuir; então abre um leque muito grande de possibilidades
615 que já está sendo trabalhado e poderão trazer o resultado desse processo que está se
616 iniciando de forma inovadora para o Conselho no fim do ano; que talvez, a partir desse
617 trabalho, possam ser pensadas algumas diretrizes, políticas que venham contribuir com aquilo
618 que a gente busca, discute e pesquisa em relação à educação profissional integrada. Em
619 relação ao PPC do curso superior de Tecnologia em Sistemas de Internet EAD - polos, o
620 conselheiro Carlos Correa disse entender que o credenciamento dos cursos EAD não é só
621 compromisso do instituto, é compromisso institucional e esse especificamente é um curso
622 referência no que se refere à questão da política da educação a distância do Instituto
623 Federal, mas há coisas que se precisa tomar um certo cuidado, por exemplo, a construção do
624 PPC desse curso foi feita no câmpus Pelotas pelo TSI e agora chegou através da pauta do
625 Consup uma alteração colocando que não poderia ficar como sede no câmpus, ficando como
626 uma coisa mais genérica; que o incomodou foi a existência entre coordenadorias da reitoria
627 tratando desse assunto e o câmpus Pelotas não foi comunicado, não passou pela direção nem
628 pela coordenadoria de ensino do câmpus, ficaram sabendo na pauta; entende ser uma política
629 institucional e o câmpus apoia, mas é importante ter esses cuidados, porque foram os colegas
630 do TSI que construíram, colocaram toda estrutura e política; isso magoa as pessoas que se
631 envolvem; então é preciso cuidado no trâmite de documentos. O pró-reitor substituto
632 Rodrigo Silva disse entender a preocupação do conselheiro, mas no processo de
633 cadastramento EAD é exigência colocar autorização dos cursos nos câmpus que já são
634 oferecidos, são três agora e os professores que sugeriram fazem parte do TSI e a sugestão
635 vinda deles é que se tirasse do câmpus Pelotas e seria um PPC do IFSul, caso contrário cada
636 câmpus que fosse oferecer teria que submeter novo PPC, talvez tenha havido falha de
637 comunicação, mas como veio da UAB para a PROEN, acreditou que a maneira mais rápida seria
638 fazer a alteração, que tendo sido sugerido por professores do TSI entendeu já ter havido
639 um pré-atendimento, pediu desculpas aos professores do curso. O presidente salientou que
640 não houve interesse do TSI em tocar esse curso. Sem outros destaques os PPCs foram

Hip

D

D

D

D

D

MBM

CH

es

se

D

D

BP

BP

Fernando G

D

D

G

SPB

FD

X

D

D

D

D

#

641 colocados em votação e todos aprovados, com uma abstenção. Em continuidade, foram
642 colocadas em apreciação as propostas de alteração dos PPC dos cursos Técnico em
643 Informática integrado - Bagé; Técnico integrado em Informática para Internet -
644 Gravataí; Superior de Engenharia Química, Superior de Tecnologia em Saneamento
645 Ambiental e Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet- câmpus Pelotas; cursos
646 do programa Profuncionário: Técnico em Vestuário subsequente - Pelotas-Visconde da
647 Graça; Técnico em Informática integrado - Sapucaia do Sul; Técnico em Alimentação
648 Escolar EAD e Técnico em Infraestrutura Escolar EAD, Técnico em Secretaria Escolar
649 EAD, Técnico em Multimeios Didáticos EAD; Superior de Tecnologia em Agroindústria e
650 Técnico em Vestuário integrado - câmpus Pelotas-Visconde da Graça. Não havendo
651 considerações, foram levados à votação e aprovados por unanimidade. A seguir, o auditor
652 Laerte Karnopp explicou e apresentou o Plano de Auditoria Interna - PAINT, que deve ser
653 elaborado anualmente, de acordo com IN da CGU, que houve reuniões com pró-reitores e
654 diretores sistêmicos para identificar os processos constantes do anexo do plano, e a última
655 etapa é a submissão ao Conselho. Colocado em votação, foi aprovado, com uma abstenção. O
656 reitor apresentou a proposta de valores a serem cobrados pelas inscrições em concursos
657 públicos; explicou que o último reajuste foi em 2015 e propôs reajustar pela inflação, com
658 arredondamento para não ficar valores quebrados. Valores propostos: Técnico administrativo
659 nível C de R\$40,00 para R\$50,00; nível de D, de R\$50,00 para R\$65,00; nível E, de R\$80,00
660 para R\$100,00 e Docentes, de R\$100,00 para R\$125,00. Sem considerações, a proposta foi
661 aprovada, com um voto contrário e uma abstenção. Entrou em pauta a Regulamentação do
662 processo de ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e Pardos) por cotas
663 nos processos seletivos e concursos do IFSul. A servidora Rosane Husken explicou que
664 essa IN é para que se possa ter as comissões a partir do próximo vestibular, já passou pelos
665 NEABIs e pelo CODIR; que houve proposta de alteração feita pelo diretor Tales Amorim
666 nos art 2º e 3º, acolhida e apresentada em lâminas. O conselheiro Alexandre Escouto disse
667 não saber se todos os NEABIs concordaram com a construção do documento. A servidora
668 Rosane Husken respondeu que o NEABI de Sapucaia do Sul não concordou, mas que não são
669 obrigados a concordar nem a participar da comissão, o que ficou claro na reunião do CODIR.
670 O conselheiro Alexandre Escouto disse que se seguir a Portaria 4, de 6/4/2016 que orienta
671 o documento vamos estar ferindo seguindo uma série de princípios e objetivos da instituição,
672 vai se estar reforçando ou construindo o racismo; que o art. 9º diz que a identificação vai ser
673 de caráter exclusivamente fenotípico e as pessoas de reputação ilibada vão julgar aluno que
674 tem direito a dizer que é negro para a instituição e ser reconhecido por ela só porque tem
675 traços que aquele julgador acha que são traços de negro; que o artigo diz que ele não poderá
676 considerar elementos históricos, sociais. A servidora Rosane Husken disse que a portaria 9
677 diz que é um conjunto da autoidentificação com a heteroidentificação; ninguém está tirando
678 o direito de se autodeclarar, a comissão não contesta; a discussão é que isso seria um tribunal
679 racial, um viés por onde as pessoas olham mas, na verdade, tiveram 3 dias de curso com
680 universidades de todo o Brasil, quando ficou claro que o tribunal tinha objetivo de punir e a
681 comissão de heteroidentificação tem o objetivo claro de confirmar; só não vai confirmar se
682 a pessoa fraudar. O conselheiro Alexandre Escouto disse que as pessoas que estão na
683 comissão concordam com aquele viés teórico de dizer "tem cara de negro/não tem cara de
684 negro", o artº9º diz isso: ter cara de; não considera o quanto a pessoa se sentiu ou não excluída
685 ou marginalizada; isso está sendo tolhido porque não se quer criar outro instrumento de
686 investigação contra fraudes; não adianta tirar do texto a expressão má-fé, porque a essência
687 continua; se a gente cria uma comissão para afirmar, a principal função da comissão é
688 confirmar que não é. A servidora Rosane Husken disse que o conselheiro está colocando a sua
689 subjetividade no processo. O conselheiro Alexandre Escouto disse que a portaria tem
690 essência problemática e não vê como a instituição, que tem uma longa história positiva em

691 relação a causas sociais, venha aderir a um processo que vai de encontro a tudo o que se tem
692 feito nos últimos anos. O art 9º vai de encontro a tudo o que a instituição tem trabalhado,
693 não só o câmpus Sapucaia do Sul. A conselheira Luciana Loponte disse que o IFSul faz parte
694 de uma política crescente de oportunidades para diversos segmentos, implantou o regime de
695 cotas, que incomodou a sociedade branca; a gente abriu um leque de oportunidades e parece
696 que agora estamos indo no sentido inverso; poderia ter vindo antes mas, talvez por questão
697 de gestão está vindo agora, respaldado pelo parecer do Jaci Geraldo, que diz que a gestão
698 tem autonomia, o reitor tem autonomia, o Codir tem autonomia para implantar; ele questiona
699 a desclassificação do candidato e sobre esse ponto a conselheira questiona como vai ficar,
700 porque se a comissão entender que houve má-fé, desclassifica e aí o procurador aponta que
701 pode haver problema; que o Alexandre disse que os NEABIs participaram, mas não foi o que
702 chegou ao sindicato, inclusive pessoas se retiraram dos núcleos por não concordarem com a
703 política; que buscaram o parecer do jurídico do Sinasefe, que ratificou o posicionamento do
704 Jaci Geraldo quanto à autonomia da gestão, mas aponta que seria importante saber quais os
705 critérios implantados para fazer a heteroidentificação; sobre a ajuda do advogado da UFPel,
706 disse ter notícia que as pessoas que trabalham lá são pagas e perguntou se as pessoas que
707 vão participar dessas comissões no IFS vão receber para fazer esse trabalho, embora no
708 regulamento não tenha nada sobre isso. O conselheiro Tomaz Fantin colocou a preocupação
709 diante do constrangimento das pessoas frente a uma comissão, que vai olhá-las para definir
710 sua cor; talvez uma solução seria só em caso de denúncia, em vez de ter banca para todos os
711 candidatos, diante da conjuntura conservadora do atual governo, de repente podemos estar
712 medindo nariz, maxilar da pessoa, como no nazismo; sabe que existe pressão, mas já se coloca
713 contrário, como está, para todos os candidatos. A servidora Rosane Husken respondeu, em
714 relação ao parecer do dr. Jaci Geraldo, que o art 3º S2º da IN 4, diz que o candidato concorre
715 concomitantemente à ampla concorrência e também às cotas; ele também chama a atenção
716 para o art 11 onde consta que se o candidato não for aprovado ele é automaticamente
717 extinguido do processo; isso foi muito discutido nas reuniões e por termos muitos alunos
718 adolescentes e outras questões sociais, por exemplo, a família está num meio social que não
719 se considera negra, não vê os filhos como tal, talvez esses adolescentes ainda não tenham a
720 identidade bem definida; por isso se achou melhor adotar a concomitância, ou seja, se não
721 for confirmada a autodeclaração dele, ele vai concorrer à ampla concorrência, na
722 classificação normal que ele tirou; então em nenhum momento se está pensando em tirar o
723 candidato da instituição; assim se evita a fraude, garantindo que quem vai usufruir da vaga é
724 o sujeito da política; esse é o olhar que se tem. Por exemplo, se tivermos 100 vagas, 5 ou 6
725 serão para cotistas diversos, então não é justo que brancos se achem no direito de fraudar
726 o processo para ocupar essas vagas; que nunca foi alegria de ninguém ser considerado negro,
727 mas no momento de economizar, principalmente em cursos de excelência, aí vale a pena
728 declarar-se negro ou pardo, para tirar proveito do que é uma política de reparação. Existe
729 toda uma ação sobre como fazer, no dia; são duas bancas, primeiro o candidato passa por uma
730 banca e, se houver dúvida, vai para uma segunda banca; a intenção é confirmar, com muita
731 clareza e respeito se aquele sujeito é da política. No dia temos primeiro uma sala de
732 acolhimento com vídeo explicativo; nesse momento o candidato ainda pode se levantar e dizer
733 que não se reconhece ali; dali, ele vai para a primeira banca, se houver dúvidas, ele vai para
734 uma segunda banca; nesse processo fica claro que não estamos querendo excluir pessoas; o
735 objetivo é garantir que as vagas sejam usufruídas pelos sujeitos da política. Em 8 de julho
736 tivemos uma primeira reunião, com ampla discussão, uma segunda em outubro, onde estavam
737 todos os NEABIs presentes que já chegaram acertando como iriam fazer, como seriam as
738 bancas; quando passadas as orientações não houve debate; o que houve no final foi o
739 representante do Núcleo de Sapucaia pedir que fosse colocado na ata de reunião que o
740 NEABI do câmpus Sapucaia não apoia essa ideia; foi um núcleo, num grupo de treze que não

acolheu. Depois passou duas vezes pelo Codir sem ter problemas; entende que a instituição está tentando dar idoneidade ao processo, garantindo que quem usufrua dessa política sejam os sujeitos de direito. Sobre pagamento de participantes da comissão, no encontro havido com as universidades, o reitor recebeu cópia de ação pública movida pelo MPF de São Paulo pedindo que todas as instituições públicas federais que não tivessem as comissões de heteroidentificação fossem processadas. O MPF focou nos institutos federais e tem um arquivo com mais de 50 fotos de pessoas que fraudaram o processo. Essas instituições pagam na rubrica de cursos e concursos que dá um valor de R\$20,00 por hora. As bancas de heteroidentificação trabalham um único dia para aqueles candidatos que se declararam negros e pardos. São cinco pessoas, dois da primeira e três da segunda banca. Esse valor não vai onerar tanto a instituição a ponto de que ela seja apontada como a que não permitiu que os sujeitos de direito usufruíssem da política. A conselheira Julia Faria disse não ter ficado esclarecida quanto a fenotipia; que é negra, mas tem pessoas mais escuras que ela e não se consideram negras, assim com pessoas dizem que ela não é negra por ser muito clara, se é preciso ser preto da cor da sua camiseta; tem uma prima que é muito branca e por parte de pai as pessoas são todas bem negras. Em se tratando das bancas que vão ser feitas ela poderia se autodeclarar e continuar com direito à reparação. A servidora Rosane Husken disse que depende, ela pode se autodeclarar da maneira que ela quiser, sobre como ela vai passar na banca, no curso de formação de 40 horas, foi trabalhado muito esse aspecto da história, da reparação, que não trabalha com as questões do IBGE que traçam uma régua para medir as pessoas; no caso, o fato de ter avó ou de ter pai não é genotipia, não está na ancestralidade, está na tua marca, as pessoas sofrem o preconceito por serem negras, por ter as características negroides, não é por que tem uma mãe negro, isso é que é fenotipia; isso foi claramente estabelecido pelo STF, é constitucional; não está se fazendo nada que seja ilegal, o que se quer é garantir todas essas situações. A conselheira Julia Faria perguntou se, mesmo ela sendo branca, com pai e mãe negros, ela não sofreria preconceito por não ter características negroides. A servidora Rosane Husken disse que é o cumprimento da lei; no que a lei coloca de reparação, ela vem porque a pessoa é negra e por ser negra sofreu esse preconceito, é a marca, a fenotipia, diferente dos Estados Unidos, onde é considerada a genotipia. Se ela for clara e tiver traços negroides, cada caso é um caso, não conhece a prima, mas jamais será para tirar algum direito. O conselheiro Tomaz Fantin disse que se a banca fosse montada só em caso de denúncia, já estaria sendo cumprida a lei. A servidora Rosane Husken deu exemplo que está acontecendo; um aluno entrou num determinado curso, cursou um semestre e então foi denunciado; o que se faz? Tira a pessoa depois de um semestre? E se ninguém perceber? Se a gente sabe que dentro de um câmpus tantas vagas são para tantos alunos e não tem esses alunos na sala, foi o que aconteceu na UFPel, ninguém denunciou até que um aluno percebeu, então vamos deixar isso acontecer, se a gente pode fazer isso no começo, de um modo muito mais respeitoso? O presidente lembrou que a UFPel teve 26 alunos da Medicina denunciados por fraudar as cotas, todos perderam as vagas, todos voltaram, não por comprovar serem negros, mas por já estarem no fluxo do curso. A conselheira Luciana Loponte ressaltou que não questiona a seriedade do trabalho, mas o regulamento, e vê a necessidade de critérios claros e conhecidos, bem como que esse trabalho não seja pago, considera isso um agravante maior; também considera importante que só aconteça em situação de denúncia, pois imagina as pessoas num brete. A conselheira Gisele Heckler lamenta não ter havido o debate no câmpus, a gente sabe que nem toda legislação é ética, pode ser moral; que eticamente nunca participaria de uma comissão dessas, por não se sentir à vontade de emitir um julgamento, não importa quantas oficinas faça, não vai se sentir à vontade para sentar à frente de uma pessoa e julgar seu futuro. Reparação tem a ver com passado, a aluna que falou sobre a prima é um exemplo; a reparação vai julgar o presente dela, acha extremamente arriscado; vê no decreto uma proposta de acabar com

791 a cota, que acha muito interessante; que se acabe com a cota desde que surja uma outra
792 política de reparação que pode até ser menos assistencialista, mas enquanto não houver é
793 complicado estarmos endossando uma proposta dessas. O presidente disse ser favorável às
794 cotas, que tem defendido; que a proposta das comissões de heteroidentificação é de
795 proteger as cotas, que o atual Ministro da Educação já se manifestou contrário às cotas. Já
796 houve duas denúncias de fraudes dentro do instituto; tem o MPF de São Paulo que junto com
797 o movimento negro fez essa ação contra os institutos no Brasil inteiro elencando 50
798 possibilidades de fraude; então a Rosane trouxe pessoas ligadas ao movimento negro para
799 ouvir nesse processo e defendem essas comissões; salientou que para concursos públicos
800 essas comissões são obrigatórias por lei e estamos estendendo para os processos seletivos
801 em função das denúncias. O conselheiro Rocelito Andrade disse que é um tema polêmico, mas
802 necessário para evitar a fraude que está acontecendo descaradamente e seu posicionamento
803 é favorável às comissões. A servidora Rosane Husken disse não entender a dificuldade da
804 banca, se em todo processo se faz banca econômica e se precisa dizer que a pessoa não tem
805 direito porque ganha um centavo a mais do que o percentual estabelecido para receber, por
806 exemplo, assistência estudantil. Para muitas coisas que se faz na vida se passa por bancas, o
807 que faz a diferença é a forma como se olha para isso. O conselheiro Alexandre Escouto
808 desculpou-se pela maneira eloquente que defendeu seu ponto de vista anteriormente, não
809 está questionando o trabalho; foi aluno e é servidor da casa há mais de 29 anos; na última
810 fala da Rosane, sua área é das humanas, então quando a gente institui um limite financeiro,
811 um centavo a mais pode ser uma injustiça, mas é quantificado, mas definir por uma marca de
812 tamanho de nariz é complicado, e a portaria centraliza nas marcas fenotípicas; o problema é
813 que precisa dimensionar o quão negro tem que parecer para entrar naquela comissão. O art.
814 11 ou 17 e também nossa minuta falam que as bancas são por processo, então uma mesma
815 pessoa pode ser julgada negra por uma banca e branca por outra; os julgamentos não criam
816 histórico e aí remete a uma capa da Veja logo que se instituíram as cotas que era um contraste
817 preto e branco, dois gêmeos idênticos, passaram por banca, um foi excluído e outro entrou;
818 então se a gente está querendo proteger o espírito institucional IFSul talvez a banca nos
819 crie problemas no futuro porque não custa nada para um jornalista fazer a mesma coisa e
820 esculachar a instituição para a sociedade; pela manhã discutimos como nossa marca
821 institucional é importante, o que vende para fora nos índices educacionais, estamos num
822 momento complicado. Somos uma instituição referência e talvez adotando essa portaria e
823 essa forma de julgamento precisemos abrir mão de vários valores e discursos sociais que
824 tínhamos, apenas por causa da fraude. Concorde que se estivesse concorrendo a uma vaga de
825 negro deveria ser preso, com todo o fenótipo, não o histórico de negro, tentar ocupar a vaga
826 seria um absurdo de fato, mas criar uma barreira, um sistema que pode também excluir
827 negros porque aquela ou aquelas duas bancas específicas não tiveram sensibilidade suficiente
828 para perceber as marcas fenotípicas ou sociais daquele indivíduo dentro do seu núcleo
829 familiar ter sofrido discriminação mas não corresponder àquele grupo fenotípico que a banca
830 espera é tão danoso quanto o não negro tomar essa vaga, o quanto vai doer, a ele dói muito
831 ver tanto um branco usurpando quanto um negro não ter o direito de usar aquela vaga por não
832 ser negro o bastante. A nossa norma regulamenta todo o processo de como fazê-la funcionar
833 aqui dentro; a portaria faz todo o julgamento e cria para nós como se estivesse comprando
834 pronta a forma de julgamento; fazendo coro à fala do Tomaz, outras alternativas para que
835 não seja criado um tribunal de julgamento, o que foi dito que não é. As comissões podem
836 começar a errar nesse viés, de tamanho de nariz, o quanto negro é, em nome de uma justiça
837 social para tirar os corruptos das vagas dos negros; criar esses instrumentos talvez seja
838 danoso a médio prazo. O conselheiro Tomaz Fantin disse que o cara que comete a fraude está
839 cometendo uma corrupção, o ônus é dele; nós, enquanto instituição, constrangermos uma
840 pessoa, o cara passar numa banca e não em outra, nós vamos estar cometendo uma violência

841 institucional, muito maior do que a do cara que está fraudando e o ônus não pode ser nosso.
842 O conselheiro Ricardo concordou com a fala do conselheiro e perguntou o quanto a forma
843 como vai ser colocada essa política não vai afastar as pessoas, talvez muitas pessoas que
844 tivessem condições de passar pela banca e ser consideradas negro não vão estar lá, não vão
845 querer passar por mais aquilo, mais um constrangimento. Essa banca já existe em alguns
846 lugares e amigos que se consideram negros não se inscreveram como tal em concurso para
847 não ter que passar por aquilo. O presidente disse que seu cunhado não passou na banca por
848 não ter tantas características, embora tenha pai e mãe negros. Disse que o trabalho não foi
849 feito da nossa cabeça, tem um processo científico por trás e, acima de tudo, ouviu o
850 movimento negro, que no seu entendimento acredita que as comissões de heteroidentificação
851 resguardam o direito de participar das cotas. A seguir foi colocada em votação a proposta
852 de aprovação do regulamento, que registrou 11 votos favoráveis, 11 contrários e 12
853 abstenções, tendo sido constatada a falta de quórum. O conselheiro Alexandre Escuto
854 propôs que, em vez de desconstruir o trabalho feito, seja levado à comissão. A servidora
855 Rosane Husken, respondeu que não há comissão, os NEABIs criaram o regulamento. A
856 conselheira Julia Faria disse não ter identificado se isso foi criado pela comissão, o que a
857 gente está aprovando ou deixando de aprovar. A servidora Rosane Husken explicou que
858 queremos implementar as comissões de heteroidentificação no IFSul; trouxemos uma
859 proposta de uma comissão de cada câmpus que vai tratar dos processos seletivos e uma
860 comissão na reitoria que trata dos concursos públicos; a minuta da instrução normativa que
861 se traz é justamente para reger a ação das comissões; por exemplo, ela está dizendo que o
862 IFSul adota para seus processos seletivos a portaria normativa nº 4, que regulamenta os seus
863 concursos públicos, que, como o reitor falou já existe banca na lei que regulamenta os
864 concursos e já fazemos isso desde 2013. A portaria nº 4 avança no sentido que exige que as
865 pessoas da banca façam formação e tenham conhecimento sobre as formações étnico-raciais
866 do Brasil, o que é o racismo, o que são as políticas, o nosso curso adota tudo isso, desde a
867 parte da reparação, racismo, invisibilidade da mulher negra, de como fazer os pareceres,
868 dados por advogado que trabalha na UFPel e nos auxiliou, fizemos com o apoio da UFPel assim
869 como vários institutos fizeram, porque já trazem a experiência, e indo de encontro à fala do
870 colega que disse que isso inibe as pessoas de participar da banca; dentro do curso tem o olhar
871 de professor de engenharia que faz todo um estudo mostrando um paralelo da UFPel desde
872 2012 quando foram criadas as cotas e o ápice em 2016, quando entraram 30 pessoas que
873 fraudaram, ele vai mostrando o número elevado de acesso e de fraudes no acesso durante
874 esses anos. Em 2017 o ingresso regride porque as pessoas que têm a intenção de fraudar,
875 por existir a comissão, não vão; quem não tem a intenção vai tranquilamente. Só a
876 autodeclaração é fácil porque ninguém pode contestar e o candidato entra; no momento que
877 se coloca pessoas que vão olhar algo que está posto judicialmente, que é a fenotipia, e que o
878 candidato não tem essas características, isso vai inibi-lo de participar. A IN foi criada pelos
879 NEABIs e a partir de um processo democrático a que um único núcleo se opôs e isso tem que
880 dizer alguma coisa. A conselheira Julia Faria perguntou se o que a gente está aprovando é o
881 que vai servir para a banca que vai ser feita em cada instituto. O presidente respondeu que
882 é para cada câmpus e cada processo seletivo. O conselheiro Alexandre Escuto propôs que o
883 documento retornasse para que fossem ouvidos todos os posicionamentos, que talvez não
884 tenham sido levados em consideração, que os compositores do documento entendessem e
885 refletissem sobre o que foi falado pelos conselheiros, incorporado ou não, e trazidos no
886 próximo Conselho. O presidente disse que este trabalho já foi feito nos NEABIs. O
887 conselheiro Alexandre Escuto disse que não faz parte do NEABI e seu posicionamento não
888 vem do NEABI mas do segmento que representa e talvez nem todos os NEABIs tenham
889 refletido a posição de todo o seu câmpus. O presidente disse que houve empate em 11 votos
890 e que poderia usar o voto de minerva, mas vê que é um tema muito polêmico dentro da

